

As águas de Caxias do Sul: um problema para a escrita e o ensino de História

The Waters of Caxias do Sul: a problem for writing and teaching History

Katani Monteiro*

Lucas Troglio**

Resumo: O artigo apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da UCS que tem como tema a história do saneamento em Caxias do Sul, entre os anos de 1875 e 1928. A análise se enquadra no campo da história ambiental urbana e se vale das interpretações de Bruno Latour acerca da rede de relações entre agentes humanos e não humanos. O texto narra os primeiros métodos e procedimentos de coleta e distribuição de água que antecederam à construção da Hidráulica Municipal Dr. Borges de Medeiros, obra fundante do modelo vigente de saneamento em Caxias do Sul. Além de analisar a situação do abastecimento de água na cidade, numa temporalidade específica, o artigo apresenta possibilidades de tornar esse conhecimento potente para ações educativas por meio da articulação entre

ensino de História e documentário tanto em espaços formais quanto em não formais.

Palavras-chave: Saneamento. Água. História ambiental. Ensino de História.

Abstract: The article presents a partial result of the research under development in the Post-Graduate Program in History – Professional Master Degree – UCS, which has as its theme the history of sanitation in Caxias do Sul between the years 1875 and 1928. The analysis fits in the field of environmental urban history and uses Bruno Latour's interpretations of the network of relationships between human and non-human agents. The text narrates the first water catchment and distribution methods and procedures that preceded the construction of Dr. Borges de Medeiros Municipal Hydraulics, the founding work of the current sanitation model in

* Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). *E-mail:* kmmonte@ucs.br

** Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. *E-mail:* ltroglio@ucs.br

Caxias do Sul. In addition to analyzing the water supply situation in the city in a specific temporality, the article presents possibilities to make this knowledge potent for educational actions through the articulation between history teaching

and documentary, both in formal and non-formal spaces.

Keywords: Sanitation. Water. Environmental History. History Teaching.

Considerações iniciais

O tema do saneamento pode ser considerado um dos mais sensíveis para a realidade brasileira. Os números apresentados pelo “Instituto Trata Brasil” demonstram a gravidade da situação: o desperdício de água tratada no Brasil chega a 38% da capacidade de abastecimento; cerca de 35 milhões de pessoas não têm acesso ao abastecimento de água tratada, apenas 52% da população brasileira têm seu esgoto coletado e, desse, apenas 45% é tratado.¹ Em Caxias do Sul, essa questão também apresenta seus problemas. A cidade passou por crises de racionamento de grande impacto nas décadas de 1920 e 1980, sendo as populações periféricas as mais atingidas. O tratamento de esgoto local iniciou muito tardiamente, ainda incapaz de atenuar os efeitos de um século de poluição. Os arroios centrais e de mais visibilidade, Tega e Pinhal, tiveram a vida biológica e a social exterminadas. A instalação de empresas às margens dos córregos e o descarte de resíduos sem controle se somaram à derrubada da vegetação local, importantes na manutenção da umidade e no filtro de impurezas. Já em 2019, a imprensa local noticiou a presença de agrotóxicos em amostras retiradas das represas que abastecem a cidade² demonstrando os prejuízos do processo histórico local.

A partir desse panorama, o objetivo da pesquisa em andamento consiste em compreender a implantação dos serviços de saneamento, considerando os agentes humanos e não humanos envolvidos nesse processo. Outro intento envolve a observação das transformações promovidas por esses serviços na paisagem local e nas condições de saneamento e higiene públicas em Caxias do Sul.

O recorte temporal selecionado para este artigo (1875-1925) pretende dar conta das ações iniciais em saneamento nos primórdios da urbanização caxiense. Dessa forma, os marcos temporais são: início do processo de

colonização da região (1875) e início das obras da Hidráulica Municipal Dr. Borges de Medeiros (1925), obra que inaugura o modelo de saneamento implantado em Caxias do Sul até os dias atuais, caracterizado pelo represamento de arroios, tratamento químico e distribuição por redes adutoras.

Este texto se vale das fontes produzidas pela Intendência Municipal sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Fazem parte do conjunto documental os Códigos de Posturas e Administrativo; os relatórios dos intendentes; os livros de atos e contratos municipais; e a documentação acerca do cemitério público. Também foram consultados os periódicos locais publicados no período. A metodologia de análise envolve situar a fonte em suas redes contextuais, o seu lugar de produção (BARROS, 2012). Enquanto os documentos oficiais exigem o reconhecimento de suas intencionalidades próprias do contexto de produção que influenciavam na sua escrita, praticamente livre de contradições (RÜCKERT, 2015), a imprensa, por sua vez, permite a observação das divergências, ou não, com o discurso oficial, desenvolvidas nas ligações entre poderes e interesses daquele contexto (LUCA, 2005). Os Códigos de Postura apresentam a intervenção médica no ordenamento do convívio social, podendo ser “analisados como uma fonte de normalização da sociedade, normatização do espaço urbano, de organização do ambiente citadino e, ainda, como uma legislação da cidade” (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 5-6).

A temática do saneamento, nesta pesquisa, está inserida no campo da história ambiental urbana, uma abordagem da história ambiental que visa superar o tradicional antagonismo entre as noções de cidade e natureza (SIMONINI; FERREIRA, 2013). Esse esforço pretende colaborar para a sensibilização acerca das cidades no que diz respeito aos seus elementos naturais e sua respectiva preservação. Para tanto, torna-se necessária a compreensão associada entre ambiente e cultura, humanos e não humanos, como elementos de uma rede de relações protagonista da História (DOMANSKA, 2013).

Para compreender a construção dessa rede, a teoria do ator-rede em Bruno Latour (2001) tem sido fundamental para a análise da implementação de práticas de saneamento, afinal, trata-se de um serviço que, em sua essência, promove a aproximação do meio físico e social na distribuição de água, e coleta e tratamento de esgotos. Para Latour os não humanos

são “atores cabais em nosso coletivo” (2001, p. 201), uma vez que podem influenciar, determinar, ou impedir ações. Nesse sentido, o saneamento se constitui como uma relação de apropriação social da natureza, que só é possível ser analisada considerando os elementos naturais envolvidos, por muito tempo delegados a uma a-historicidade pela historiografia.

Historiar esse passado, portanto, torna-se legítimo e necessário tendo em vista que o problema de saneamento afeta, de forma inequívoca, a vida cotidiana das pessoas e, também, o meio físico que as envolve. Consideramos que divulgar esse tipo de conhecimento para o público escolar e, também, para uma audiência mais ampla, é um ato de cidadania, já que coloca em evidência diversos esquemas da dinâmica social, seja o jogo político que cerca a formulação de políticas para a cidade e seus habitantes, seja pela atuação dos próprios habitantes em relação aos recursos naturais que garantem a sobrevivência humana. Assim, pretende-se realizar um produto cultural com maior impacto social, para além do texto acadêmico que, comumente, afasta boa parte do público não especializado. Trata-se de um documentário no formato de curta-metragem com previsão de lançamento para maio de 2021, sobre o qual trataremos neste artigo.

As fontes naturais da cidade

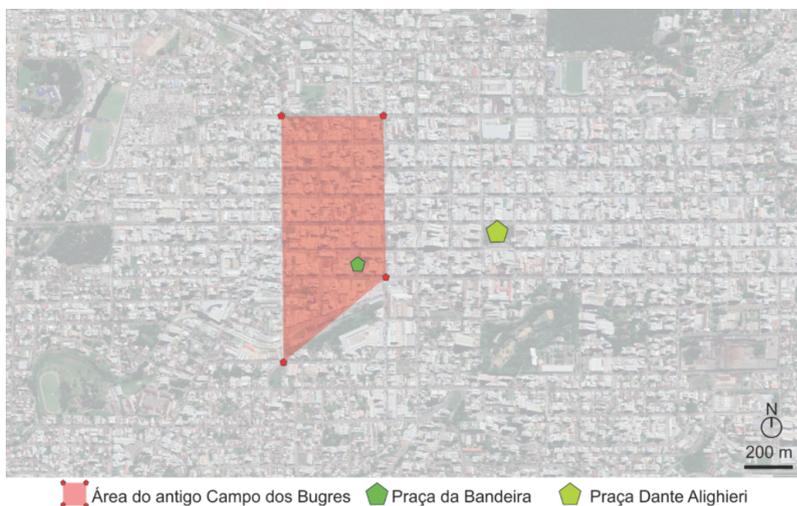
A área que corresponde à atual zona central de Caxias do Sul foi definida como sede da colônia após o início do processo de colonização, em 1875. Segundo Roberto Nascimento, a Sede Dante foi transferida, em 1976, e estabelecida nos redores de uma área conhecida como Campo dos Bugres, localizada a oeste do logradouro público (2009).

O nome “Campo dos Bugres” fazia referência, de maneira pejorativa, aos habitantes nativos da região, populações de etnia Kaingang, que também foram denominados pelos brancos como “coroados” (DORNELLES, 2011).

Consistindo em uma clareira em meio à vegetação, o Campo dos Bugres corresponderia, segundo João Spadari Adami, às proximidades das atuais Ruas Marechal Floriano, Ernesto Alves, Feijó Júnior e Olavo Bilac, conforme observamos na Figura 1. No relato do memorialista, são

notáveis as descrições das águas disponíveis na região, local de “várias e fortes vertentes”, além de uma “ótima lagoa, na qual os selvícolas podiam perfeitamente usá-la para esporte aquático” [*sic*] (ADAMI, 1971, p. 32).

Figura 1 – Localização do Campo dos Bugres segundo João Spadari Adami



Fonte: Google Earth, marcação dos autores.

A presença de populações nativas, na historiografia local, é bastante limitada, resultado de décadas de produções que destacavam o papel de colonos italianos como desbravadores e demiurgos da cidade. Segundo Soraia Sales Dornelles, parte da produção desse esquecimento provém do entendimento de que o indígena, diferentemente dos imigrantes, compunha mais uma das hostilidades da natureza devendo ser “dominado em nome e benefício da civilização” (DORNELLES, 2011, p. 100). No entanto, informações preciosas de novas pesquisas permitem analisarmos os hábitos dessas populações e suas relações com os recursos naturais.

De acordo com Corteletti (2008), as condições ambientais da região favoreciam os assentamentos, seja pela disponibilidade de alimentos através da coleta do pinhão, seja pelas possibilidades de caça, além das fontes de água nas proximidades. De acordo com a análise arqueológica do autor, os assentamentos

eram instalados estrategicamente, em média de 109m de distância das fontes de água, “preferencialmente, água de nascentes” (2008, p. 170).

O afastamento das populações indígenas locais, segundo Dornelles e Corteletti, teve como principal motivador a presença imigrante e seus respectivos impactos ambientais. Para Dornelles (2011, p. 107), a redução das florestas decorrente da indústria de madeira, tão explorada pelos colonos, levou os indígenas a reavaliarem o uso das matas para sua permanência. A mudança de ambiente, promovida pela colonização, passou a impedir a “manutenção dos padrões culturais” nativos (CORTELETTI, 2008, p. 145).

O modelo de urbanização estabelecido na Sede Dante, atual zona central de Caxias do Sul, foi definido através de uma política estatal de imigração e colonização. Conforme Nascimento (2009), o traçado das ruas em xadrez, definido pelo diretor da colônia Luiz Manoel de Azevedo, pôs em contradição os hábitos desenvolvidos na Itália pelos colonos além de não considerar a paisagem local. A topografia acidentada impôs o deslocamento da planta original na direção Sul. As condições climáticas foram intensificadas pelo modelo em xadrez, que aumentou a ação do vento e do frio, que já circulava com mais força após a derrubada das árvores (NASCIMENTO, 2009).

O desmatamento, particularmente, contribuiu para o escasseamento das águas antes abundantes. Segundo Juliana Bublitz, o desmatamento para os colonos italianos transcendia as intenções econômicas, consistindo em um modo de “se impor sobre o meio” além de “uma espécie de ética religiosa, que os mantinha vivos e unidos” (2004, p. 185).

O Intendente Municipal Coronel José Penna de Moraes denunciou o problema de desmatamento já em 1917. Penna de Moraes fugiu do tradicional tom lisonjeiro e orgulhoso dos relatórios apresentados ao Conselho Municipal – próprios do lugar de produção dessa documentação oficial, permeada de compromissos e influências políticas – e apontou o seguinte:

Neste municipio as chuvas jamais faltaram. Entretanto, até Agosto do corrente anno foram tão diminutas, que, como é sabido, chegou a faltar agua na zona urbana. E não é somente esse o gravissimo inconveniente. Desse verdadeiro e deploravel vandalismo desmattador, tambem resulta que o systema hyrographico

do Município vem a alterar-se sensivelmente, como se sabe. Cursos d'água, em outros tempos abundantes e correntosos, estão hoje reduzidos a pequenos correços ou quasi estancando, em virtude da destruição das mattas marginaes, que resguardavam as suas aguas da evaporação solar. Eis um assumpto que não póde e não deve deixar de preocupar a detida attenção dos poderes publicos, mediante uma legislação efficaz e executada sem transigencias de quaesquer especies.³

Apesar de não identificarmos, nos anos seguintes, ações que transformassem a realidade apontada pelo intendente, a citação permite considerar o desmatamento como uma das principais causas para o escasamento de água no local.

A disponibilidade de água era fator de grande importância na destinação de lotes para edificios e logradouros públicos que, conforme Maria Abel Machado (2001, p. 73), seguiam critérios de proximidade com as vertentes de água. Além disso, nas áreas mais afastadas, a instalação dos lotes coloniais dependia, em grande medida, da disponibilidade de água. A historiadora aponta que o tamanho dos lotes chegou a ser definido de acordo com a existência, ou não, de fontes de abastecimento, de maneira que agrimensores “procuravam estabelecer os limites de acordo com os cursos de água mais próximos” (2001, p. 48-49).

Adami, por sua vez, apresenta exemplos de dois colonos e suas respectivas buscas por água:

A primeira casa éle à erigiu à beira da picada, e no extremo Norte da colônia. Mas como em tal lugar, a água estivesse um tanto descômoda, desmanchou-a e à reconstruiu na metade do Sul, em divisa com o mesmo visinho, que era Marcos Escariot. Porém, como no nôvo lugar, a água existente também não satisfizesse as necessidades, e mesmo por que a casa havia sido destruida por um incêndio, construiu uma última morada, no extremo sul de sua terra, e, em divisa com a dita picada. Onde se servia da água de uma forte vertente que ainda hoje existe, situada na colônia n. 25 da 7ª légua (ADAMI, 1971, p. 66).

A moradia da Vva. Teresa Righes, com a qual o imigrante João Spadar, também viúvo, casou, e cujo lote estava em divisa com o do colono Felippo Comiran, portanto, com frente para a mesma picada, foi construída bem no seu interior, por em tal ponto, existir uma forte vertente espontânea do indispensável líquido em tela. E igual problema, era enfrentado e solucionado de tal maneira, por inúmeros colonizadores, Daí serem obrigados muitos colonos a se colocarem distante, as vezes perto de quilômetro do visinho mais próximo, e em plena selva, embora a selva fosse a razão da vinda dos imigrantes para o Brasil, onde havia, e ainda há, imensas florestas a serem habitadas (ADAMI, 1971, p. 66-67).

As situações narradas por Machado e Adami demonstram a relação de dependência entre a empresa de colonização e o meio físico que oferecia, ou não, as condições básicas para o assentamento do maior número possível de colonos.

De acordo com Fabiano Quadros Rückert (2015), o período que antecede à Proclamação da República no Brasil – ocorrida em 1889 – foi de poucas intervenções em saneamento e higiene públicos fora do Rio de Janeiro. Foi a partir do período republicano, norteado pelos ideais positivistas, que ocorre a chamada *politização da higiene*. Para Rückert a politização da higiene consistia na ampliação das demandas da sociedade por ações governamentais em saneamento e higiene que “provocavam mudanças nos hábitos da população” (2015, p. 76).

Em Caxias do Sul, é possível perceber esse movimento a partir da aprovação do Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias em 1893. Os códigos de posturas eram instrumentos de controle e intervenção médica no cotidiano das cidades, criando “normas que estabeleciam regras de comportamento e convívio para uma determinada comunidade” (SCHMACHTENBERG, 2008, p. 6). No caso em tela, o documento também instituiu diretrizes para o trato da questão das *aguadas* e *fontes*. As fontes naturais e artificiais passaram a ser consideradas de uso público, da mesma forma que vertentes e açudes. Proibiu-se o descarte de lixo, águas servidas e outras formas de poluição nas águas, da mesma forma que realizar desvios em cursos sem a autorização da Intendência.⁴

O código também estabelecia o dever de permitir acesso à água a colonos que não tivessem o recurso em seus lotes e determinava multas para quem infringisse as práticas de manutenção e zelo pela qualidade das fontes. O documento também normatizava a convivência desse espaço público dentro de propriedades privadas:

Art. 38. Quem servir-se da fonte dos vizinhos não podera entrar na propriedade dos mesmos senão pela passagem que fôr por elles indicada. – Multas de 4\$000.

Art. 39. Obstruir, sujar ou damnificar as fontes e aguadas dos vizinhos. – Multa de 5\$000.

Art. 40. Em caso de incêndio, póde-se penetrar nos cercados e muros que guardarem fontes e açudes.⁵

A utilização de fontes e córregos naturais foi de grande importância desde as habitações indígenas até o início da colonização em Caxias do Sul. No entanto, como vimos, as novas práticas determinadas pela colonização passaram a contribuir para o escasamento das águas superficiais. Desmatamento e poluição levaram à utilização de águas subterrâneas através da escavação de poços. Os poços próximos às residências eram de grande importância para os habitantes que eram poupados de deslocamentos maiores na busca por água. Não à toa, a presença do poço era valorizada, inclusive, no momento da venda dos imóveis, como no caso do anúncio de Adelino Sassi “Bom Negócio”. Na ocasião, era vendida uma residência nas proximidades da praça Dante Alighieri “contendo poço com excelente e abundante água para beber e outras bemfeitorias uteis”.⁶

Os poços, como fonte de água, também não passaram ilesos pela transformação ambiental promovida pela urbanização. Entre 1900 e 1930, a proporção da população em área urbana, em Caxias do Sul, passou de 10% para 30%, totalizando 9.975 pessoas na área citadina, num total de 32.622 habitantes (CAXIAS DO SUL, 2012). Nesse ínterim, as primeiras discussões acerca do esgotamento sanitário passaram a ecoar na documentação oficial.

Os problemas associados à água dos poços estavam relacionados, segundo apontam os relatórios, à instalação de fossas fixas nas residências

para uso sanitário. Ao redor do terreno das casas, costumavam instalar latrinas através de perfurações no solo. De acordo com o já citado Código de Posturas, essas deveriam ser “conservadas nos fundos dos lotes em cavidades profundas, de modo que, em tempo de chuvas, não transbordem”.⁷ O intendente Penna de Moraes criticou esse tipo de instalação em seu relatório de 1914, ao apontar que a instalação das fossas levava à infiltração dos solos, chegando às águas dos poços que serviam para consumo humano. Em estudo já realizado a partir dos registros do Cemitério Público Municipal foi possível apresentar o significativo número de mortes relacionado à possível contaminação da água e de alimentos (TROGLIO; IOTTI, 2017).

Conforme a utilização de poços para abastecimento de água tornava-se a regra, uma vez que as águas superficiais se tornavam cada vez mais escassas, a municipalidade precisou intervir no modo de descartar resíduos domiciliares. Essas modificações não podem ser desassociadas do contexto de politização da higiene (RÜCKERT, 2015) e da intensiva influência médica nas políticas de orientação positivista. Conforme Ávila (2010), os conhecimentos advindos da microbiologia e da medicina sustentavam as práticas de instituições governamentais que buscavam a legitimação de suas ações nos saberes ditos científicos. No caso de Caxias do Sul, as primeiras ações envolviam orientações através de textos publicados na imprensa governista como “medicina das famílias” com procedimentos de “hygiene e prophylaxia” para o cotidiano das famílias. Fica claro, na leitura desses textos, o tom civilizatório e de pretensão progresso que esses cuidados proporcionariam.⁸

Os serviços de saneamento na promoção de higiene pública

Além dos aspectos educativos, a Intendência buscou a solução da poluição das águas através da contratação do “Serviço de Remoção e Sepultamento de Matérias Fecais”, contratado em 1913 e executado a partir de 1914.

Instituído através do Ato Municipal n. 12, de dezembro de 1913, o serviço consistia na instalação de cubos de madeira, conhecidos como *cabungos*, nas latrinas das residências. Os recipientes eram fabricados em

madeira de pinho, devendo ser impermeáveis e pintados. Entre as orientações estava a localização específica para essas matérias: locais arejados, proibindo-se porões e quartos habitados. Duas vezes por semana, os cabungos eram substituídos – de acordo com o documento até às 10 horas (no verão) e até às 11 horas (no inverno) às quartas-feiras e sábados. De acordo com a estimativa do serviço, um cubo atenderia à demanda de uma família de até cinco pessoas.⁹

A mão de obra envolvia, inicialmente, um fiscal que deveria dirigir o serviço de mais quatro *serventes*. A infraestrutura envolvia dois carros de tração animal, capazes de acomodar até 36 cabungos.

A confecção dos cubos ficou a cargo de Atílio Zeni sob o custo de 1:500\$00. O contrato normatizava as seguintes características do recipiente:

[...] 2^a. Empregar madeira de pinho de primeira qualidade, com expressura de quinze millímetros nas, [ilegível] aplainados de ambos os lados, tendo as tampas de madeira de lei a grossura de cinco centímetros e perfeitamente tornadas.

3^a. Colocar nos cubos quatro arcos de ferro fortes e que não esteja enferrujados.

4^a. Fornecer as braçadeiras de ferro de acordo com o modelo e com dez millímetros de expressura, sendo a tarracha feita a torno. Dar aos cubos no lado inferior o diametro de vinte e sete centímetros, a conta das bordas exteriores, e quarenta e um centímetros de altura.¹⁰

Os veículos de madeira, tracionados por quatro animais, ficaram a cargo de Vicente Argenta e custaram 2:200\$000 à municipalidade.¹¹

O serviço tinha como sede um galpão construído na região oeste da cidade, nas proximidades do Cemitério Público e do Matadouro Público, em local doado pelo governo estadual.¹² Ali ocorriam a higienização e a manutenção dos cabungos, além do sepultamento dos resíduos.¹³

a difícil administração financeira do serviço. De acordo com o relatório apresentado em 1926, os valores cobrados não sanavam as despesas de manutenção dos materiais e da força de trabalho.¹⁴ No entanto, é de se observar que as condições de trabalho talvez não fossem as mais seguras, gerando problemas de administração. O primeiro responsável pela fiscalização do serviço, Archangelo Chielli, foi aposentado em menos de um ano de trabalho após “sofrer de molestia adquirida no seu serviço”.¹⁵

Outro aspecto a se destacar é que a privatização do serviço não melhorou os resultados financeiros. Randazzo, que recebera da Intendência toda infraestrutura já estabelecida prometendo realizar melhorias, como a utilização de cubos de metal e tanques de dissolução para o sepultamento dos resíduos, ainda precisou de auxílio financeiro. Em 1929, os cofres públicos arcaram com as melhorias na sede do serviço, entre elas a instalação de uma rede teleférica para uma “linha de transporte aéreo” dos cabungos na área de despejo.¹⁶ O custo final, de 60:000\$000, contrariou o orçamento inicial de 20:000\$000, conforme noticiado no jornal *O Popular*.

Apesar da contratação do Serviço de Remoção, a utilização de fossas, em Caxias do Sul, não deixou de existir. O Código Administrativo de 1927, inclusive, normatizava a utilização desses. Além disso, o trabalho dos cabungueiros parecia não agradar os moradores. Em texto publicado no periódico *O Momento*, se reclamava do “carroção de cubos ‘perfumando’ as ruas da cidade”.¹⁷

Os cabungueiros foram personagens do cotidiano caxiense até 1941, quando a empresa de Randazzo passou a operar apenas com a coleta de lixo. O fato é que a área urbana de Caxias do Sul continuou sem uma rede de esgoto cloacal até a década de 1970, afinal a rede instalada na área central da cidade, por volta de 1935, na administração de Dante Marcucci, era para o recebimento de esgoto pluvial (TROGLIO, 2016).

Evidentemente, o problema de poluição das águas subterrâneas não cessou com a contratação do Serviço de Remoção de Matérias Fecais. Além disso, é preciso destacar, como informa Machado, que o abastecimento de água em Caxias do Sul sempre se configurou como um desafio

pela insuficiência de mananciais de água superficiais, ou pela falta de uma política racional de aproveitamento dos rios e dos arroios

existentes. Localizada num alto “plateau” do planalto basáltico, na parte mais elevada de um altiplano, que serve de divisa entre os cursos-d’água tributários do rio das Antas ao norte e do rio Caf ao sul e sudeste, o núcleo urbano ficou longe dos rios principais, contando porém com a existência de diversas corredeiras, quedas-d’água cursos rápidos que, se tivessem sido utilizados de forma correta, teriam contribuído para minimizar a falta de água que a cidade experimentou ao longo de muitos anos (2001, p. 123).

As características geológicas da cidade também eram discutidas na imprensa que caracterizava o solo local como “accidentado e rochoso, duas qualidades que constituem um terrível impedimento à administração”.¹⁸ Esses aspectos deixam em evidência as determinações que o meio físico e seus personagens não humanos, impõem à ação humana e determinam as práticas estabelecidas historicamente.

Logo a situação do abastecimento local ficou crítica, o que levou a municipalidade a iniciar uma nova metodologia de distribuição de água, através do represamento de águas superficiais.

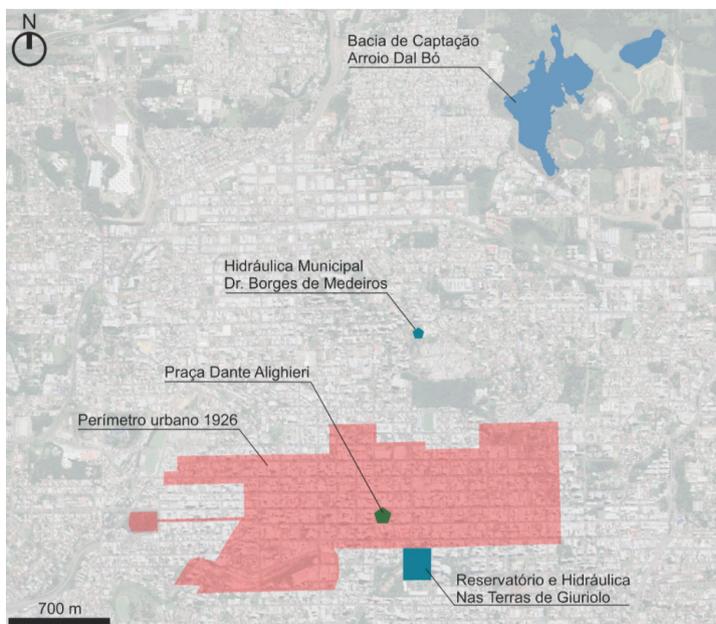
O represamento das águas

A primeira experiência do tipo ocorreu nos idos de 1921. A Intendência arrendou as terras do médico Antonio Giuriolo, localizadas ao sul da praça central, atual Parque Getúlio Vargas – também conhecido como “Parque dos Macaquinhos” pelos moradores. No local, aproveitaram-se os córregos de quatro vertentes para represamento. O sistema era movimentado por um motor elétrico, que sofria de “interrupções repetidas”, que distribuía água para cerca de 82 residências da área central, em uma rede de cerca de 3 mil metros (RÜCKERT, 2017, p. 439). A instalação, dirigida por Jorge Schury, custou 52:108\$545 aos cofres públicos.¹⁹

Nesse ínterim, a imprensa governista defendia as melhorias realizadas, que, além da infraestrutura citada, passou a contar, posteriormente, com a implementação de uma caixa-d’água com capacidade de abastecimento de 80 mil litros diários,²⁰ e a própria Intendência alegava que o novo sistema

evitaria a contaminação, por febre tifoide, daqueles atendidos pela rede de distribuição.²¹ No entanto, o empreendimento não dava conta de sanar a demanda de abastecimento de uma cidade em crescimento acelerado. O sistema atendia apenas à área urbana da cidade que, segundo Machado (2001, p. 148), era privilegiada pela localização de grupos dominantes e seus negócios. Sobre esse mesmo tópico, Rückert (2017, p. 440) também concorda com o caráter elitista do empreendimento que acumulava *deficit* financeiro logo no seu início.

Figura 3 – Mapa com a localização da hidráulica e da Bacia de Captação do Arroio Dal Bó



Fonte: Google Maps, marcação dos autores.

A situação era crítica por diversas razões. Além da falta de capacidade de abastecimento, a população usuária dos poços continuava vulnerável a contaminações. Da mesma forma, a infraestrutura era necessária para o desenvolvimento econômico da região, e as elites locais sabiam disso. As

discussões sobre qual fonte de água represar em Caxias do Sul já aconteciam antes do empreendimento nas terras de Giuriolo. Em 1920, já se apontava à utilização da água do arroio Dal Bó, localizado a norte da área central.²² No relatório da administração de Penna de Moraes, o intendente alegava que “fatalmente” a água potável para abastecer a cidade viria do rio das Antas ou do rio São Marcos.²³ A busca por opções cada vez mais distantes da área urbana leva-nos a constatar a cada vez maior degradação dos córregos locais, impedindo seu aproveitamento.

Coube à administração do Intendente Municipal Celeste Gobatto dar início às obras da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros, primeiro sistema de saneamento de Caxias do Sul a incluir o tratamento químico da água captada do arroio Dal Bó. A estrutura foi construída entre os anos de 1925 e 1928, quando foi inaugurada às pressas. A construção da Hidráulica Municipal Borges de Medeiros causou imenso furor entre as elites políticas locais, devido, sobretudo, ao grau de endividamento da municipalidade com a obra. A imprensa caxiense, porta-voz de setores políticos e econômicos locais, noticiou de forma acalorada as tramas do jogo político que marcaram aquele momento (MONTEIRO, 2011). Com a inauguração da hidráulica, deu-se início ao modelo de distribuição de água vigente até os dias atuais em Caxias do Sul (CAVAGNOLLI, 2016). Essa metodologia já se aplica, atualmente, em seis sistemas de distribuição de água.

Uma questão para o ensino de História

O ensino de História pode ser pensado como um lugar de projeção, no sentido mesmo de lançar, lançar para fora. Esse *fora* pode ter variados sentidos. Aqui nos referimos ao modo como a História tanto a escrita quanto seu ensino estão comprometidos com a ideia de um deslocamento no tempo. Significa um sair para outros tempos, que não o nosso para, como diz Albuquerque Júnior, trazer os mortos novamente à vida “para que suas ideias, suas ações, seus gestos continuem repercutindo no presente, instaurando um diálogo tenso e diferencial com o tempo e os vivos que somos” (2019, p. 254).

Ao elegermos o tema do saneamento na cidade de Caxias do Sul, na perspectiva da história ambiental-urbana como uma questão legítima para a escrita

da História, pensamos, também, na possibilidade de tornar esse conhecimento um saber escolar e, mais que um saber escolar, um saber a ser compartilhado com públicos diversos. É como um convite para este “lançar-se para fora, para outra temporalidade, especificamente àquela na qual o problema das águas, sua escassez, os descuidos com elas e o próprio abastecimento à população caracterizam certo modo de configuração da vida social e ambiental.

Diversos são os veículos por meio dos quais podemos nos “encontrar” com outros tempos: um livro, um filme, uma fotografia, uma música, um som. Aqui, destacamos a produção audiovisual como potencialmente eficaz na divulgação de saberes históricos. Por isso, está em produção um documentário de curta-metragem que servirá como objeto de divulgação e possíveis diálogos sobre questões que envolvem as águas em Caxias do Sul.

O filme encontra-se em processo de pré-produção e captação de recursos através de possíveis patrocínios para cobrir os custos da produção técnica. O roteiro prevê a duração de até 20 minutos, sendo composto de um misto de imagens e documentos de arquivo – todos utilizados no processo de pesquisa – do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, entrevistas, gravações atuais em locais específicos da cidade e animações a partir das fontes.

Até este momento, de pré-produção, o projeto conta com uma equipe interdisciplinar que busca qualificar todas as etapas de realização, agregando conhecimentos técnicos e teóricos da produção audiovisual. Integram a produção: Lucas Troglio como diretor e roteirista; Rafael Vebber,²⁴ como produtor e responsável por recursos de acessibilidade; os produtores de audiovisual Bruno Bass²⁵ e Genovane Blanco²⁶ coordenando a fotografia, a câmera e a captação de som; Lidiane Soares²⁷ como responsável pela edição e animações; Milene Rostirolla²⁸ na comunicação do projeto; o *designer* Gabriel Radaelli²⁹ na elaboração de materiais gráficos; e Gabriel Viziosi compositor da trilha sonora.

O recurso das animações, nesse contexto, se fundamenta na necessidade de atrair o olhar e expandir o potencial de interação com as fontes de arquivo apresentadas. Da mesma forma, pretende-se apresentar, de forma mais lúdica e didática, os processos descritos pelas narrações e citações, considerando a proposta de que o documentário atinja um público mais amplo, além do acadêmico.

Estão planejadas cinco entrevistas com pesquisadores do campo da História e Educação Ambiental a serem filmadas em pontos estratégicos relacionados aos locais envolvidos na pesquisa. Além dos trechos a serem inseridos no documentário, pretende-se disponibilizar as entrevistas na íntegra de forma gratuita.

Embora o roteiro já esteja concluído, admite-se a inserção de material que possa surgir durante a realização do curta, assim como suprimir elementos planejados.

O lançamento do filme, previsto para maio de 2021, ocorrerá em evento público no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, com exibição gratuita aberta à comunidade. Também há a intenção de inscrever o filme em festivais de cinema. Posteriormente, o conteúdo será disponibilizado gratuitamente, em formato digital, para todos os interessados em exibi-lo em espaços formais de educação, como a escola, mas também naqueles não formais potencializando a divulgação e a circulação do conhecimento histórico.

Considerações finais

Os primeiros acontecimentos relacionados a práticas de saneamento em Caxias do Sul envolveram uma confluência de agentes sociais, humanos, e não humanos, formando as políticas implementadas. As mudanças no trato com a água, promovidas pelo processo de colonização, geraram transformações nos elementos naturais da paisagem, principalmente na qualidade e quantidade das fontes de água. Nesse contexto, influenciado pela politização da higiene (RÜCKERT, 2015) e pela intensificação da ação médica sobre os cotidianos citadinos (ÁVILA, 2010), o governo municipal iniciou uma série de ações respaldadas pelo conhecimento científico do período, dando forma aos elementos cotidianos em Caxias do Sul. Considerar esses fatores é de fundamental importância para a História Ambiental Urbana, concordando com Simonini e Ferreira (2013), pois são os elementos técnicos e tecnológicos que promovem a intermediação entre a cidade e o meio ambiente, formatando os processos. Entre essas ações, incluem-se a adoção do Serviço de Remoção e Sepultamento de Matérias Fecais – instituído como lenitivo para a poluição das águas

subterrâneas – e, posteriormente, o represamento dos córregos locais.

Nesse sentido, conforme Bruno Latour (2012, p. 108-109), o meio ambiente e seus atores não humanos (água, relevo, ventos, micro-organismos) foram determinantes nessa rede que promoveu práticas de saneamento locais, em que “as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, ensinar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir”. Considera-se, por fim, que interpretar os processos vinculados ao saneamento exigem a superação do entendimento de que os humanos agem sozinhos, soberanos, sobre uma natureza inanimada, estática e a-histórica. Esse tipo de entendimento deve ser inserido no âmbito escolar como forma de potencializar uma aprendizagem histórica mais ampliada e comprometida com o meio ambiente e a vida das pessoas. Entretanto, como procuramos demonstrar, por meio de linguagem cinematográfica, pode-se almejar uma aprendizagem histórica significativa e consequente, ultrapassando os limites da escola e alcançando diversos espaços – e, portanto, outros públicos –, sejam eles culturais e comunitários, sejam eles associativos e, inclusive, as praças públicas.

Referências

- ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. 2. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971. t. I.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História*. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ÁVILA, Vladimir Ferreira de. *Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900)*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. *Cadernos de Pesquisa do Cdbis*, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429, jul./dez. 2012.
- BUBLITZ, Juliana. A eco-história da colonização italiana no Rio Grande do Sul. *Métis: História & Cultura*. Caxias do Sul: EDUCS, v. 3, n. 6, p. 179-200, 2004.
- CAVAGNOLLI, Anelise. Sistema Dal Bó. *In: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. SAMAE 50 anos: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul: 1966-2016*. Caxias do Sul: Samae, 2016. 214 p.
- CAXIAS DO SUL. Câmara Municipal de Vereadores. *Palavra e poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul*. Org. de Geni Salette Onzi; textos de Anelise Cavagnolli, Eduardo Ziegler Reis e Geni Salette Onzi. Caxias do Sul, RS: Ed. São Miguel, 2012.
- CORTELETTI, R. *Patrimônio arqueológico de Caxias do Sul*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. v. 1.
- DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. *Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2013.
- DORNELLES, Soraia Sales. *De coroados a Kaigangs: as experiências vividas pelos indígenas no contexto da imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX*. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- LATOURE, Bruno. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: Edusc, 2001.
- LATOURE, Bruno. *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012.
- LOPES, Maria Helena Itaquí; RITTER, Carlos Gomes; GUILHERMANO, Luiz Gustavo. *Reminiscências da história da medicina*. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1975-1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria

& Editora, 2001.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. *Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobatto (1890 – 1958)*. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. *A formação urbana de Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2015.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Urbanização e saneamento em Caxias do Sul, RS (1875-1930). *Revista Antíteses*, v. 10, p. 425-452, 2017.

SCHMACHTENBERG, R. Código de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. In: *Anais IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*.

ANPUH/RS, 2008. p. 1-13. v. 1.

SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia. A dimensão urbana da natureza: considerações sobre a história ambiental. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales* Barcelona: Universidad de Barcelona. v. 18, n.1.039, 2013.

TROGLIO, Lucas. Sistema de Esgotamento de Caxias do Sul. In: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO. *SAMAE 50 anos: Serviço Autônomo Municipal de Água*

e Esgoto de Caxias do Sul: 1966-2016. Caxias do Sul: Samae, 2016. 214 p.

TROGLIO, L.; IOTTI, Luiza Horn. História do saneamento em Caxias do Sul: uma questão de saúde pública (1893-1925). In: Maria Helena Itaquí Lopes; Carlos Gomes Ritter; Luiz Gustavo Guilhermano (org.). *Reminiscências da história da medicina*. São Leopoldo: Oikos, 2017. v. 1. p. 362-373.

Notas

1. INSTITUTO TRATA BRASIL. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas>. Acesso em: 17 ago. 2020.
2. **PIONEIRO**. Caxias do Sul, 24 jun. 2019. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2019/06/audiencia-publica-discute-qualidade-da-agua-em-caxias-10948044.html>. Acesso em: ago. 2019.
3. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1917. p. 11-12. Acervo: AHMJSA.
4. Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 4-6. Acervo: AHMJSA.
5. Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. p. 7. Acervo: AHMJSA.
6. *Cittá di Caxias*. Caxias do Sul, 27-28 de set. 1915. p. 2.
7. Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. 1893, p. 15. Acervo: AHMJSA.
8. *O Brasil*. Caxias do Sul, 15 jan. 1921. p. 1.
9. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 1-6. Acervo: AHMJSA.
10. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência Municipal entre 1907 e 1913. p. 98.
11. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência Municipal entre 1907 e 1913. p. 100.
12. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1909 a 1913, p. 36. Acervo: AHMJSA.
13. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de contratos firmados pela Intendência Municipal entre 1913 e 1932. p. 1-2.
14. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1926, p. 75. Acervo: AHMJSA.
15. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Livro de atos municipais de 1913 a 1923, p. 20. Acervo: AHMJSA.
16. *O Popular*. Caxias do Sul, 24 de out. 1929. p. 1.
17. *O Momento*. Caxias do Sul, 28 de fev. 1938, p. 3.
18. *O Brasil*. Caxias do Sul, 26 de mar. 1921. p. 1.
19. *O Brasil*. Caxias do Sul, 12 de mar. 1921. p. 1.
20. *O Brasil*. Caxias do Sul, 26 de mar. 1921. p. 1.
21. INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1924-1925. p. 55. Acervo: AHMJSA.
22. *O Brasil*. Caxias do Sul. 23 de out. 1920, p. 3.

23. INTENDÊNCIA MUNICIPAL.
Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 1912-1924. p. 22-23.

Acervo: AHMJSA.

24. www.peripeciasculturais.com.br.

25. www.instagram.com/brunobassphoto

26. www.instagram.com/geovaneblancofilmes

27. www.instagram.com/lidiane.ph.

28. www.mihconta.com.br.

29. www.instagram.com/radaelligabriel.